

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2016. -----

----- Aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e dezasseis, no auditório dos Paços do Município de Alpiarça, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alpiarça, cuja Mesa foi composta pelo seu Presidente: Fernando Rodrigues Louro e pelos 1.º e 2.º Secretários, respetivamente: Júlio Manuel Fernandes Pratas e António Júlio Lopes Pereira, todos eleitos pela CDU-(PCP/PEV). -----

----- Para além dos membros da Mesa, compareceram nesta Assembleia os seguintes deputados municipais: João Pedro Antunes Osório, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, João Pedro Lopes da Silva, Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel, Marco António Heleno Domingos da Silva e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo, eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Luís Miguel Gomes Sá Pereira e Vera Cristina Capitão Ramiro, eleitos pelo Partido Socialista (PS), Mário Raul Santiago do Céu, Maria Gabriela Saturnino Pinhão da Silva Coutinho e Paulo Duarte Sardinheiro, eleitos pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Marcaram ainda presença: o Sr. Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, bem como os Srs. Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira e João Pedro Costa Arraiolos, eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Pedro Miguel Brás Gaspar, eleito pelo Partido Socialista (PS) e Francisco José Saturnino Cunha, eleito pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **A Ordem de Trabalhos** proposta na convocatória foi a seguinte: -----

**Ponto 1** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013, de 12 de Setembro. -----

**Ponto 2** - Apreciação e votação da Modificação ao Orçamento – Revisão n.º 2 para o ano de 2016. Município de Alpiarça. -----

**Ponto 3** - Apreciação e votação da Proposta n.º 21/VJPA/2016 – Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal. Município de Alpiarça. -----

**Ponto 4** - Apreciação e votação da Proposta n.º 22/VJPA/2016 – Proposta de Abertura de Procedimentos Concurrais no Serviço Municipal de Proteção Civil. Município de Alpiarça. -----

**Ponto 5** - Apreciação e votação da Proposta n.º 23/VJPA/2016 – Proposta de Abertura de Procedimentos Concursais na Unidade Orgânica de Educação, Ação Social, Cultura e Desporto. Município de Alpiarça. -----

**Ponto 6** - Apreciação e votação da Proposta do Imposto de Imóveis (IMI) para o Ano de 2016 a liquidar em 2017 – DL 287/2003 de 12 de Novembro, na redação atualizada. Município de Alpiarça. -----

**Ponto 7** - Apreciação e votação da Proposta da Taxa de Derrama do ano de 2016 para cobrança no ano de 2017 – de acordo com o n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na redação atualizada (Lei Autarquias Locais) – Município de Alpiarça. --

**Ponto 8** - Apreciação e votação da Proposta da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - valor Percentual para o Ano de 2017 – Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, na redação atualizada – Lei das Comunicações Eletrónicas. Município de Alpiarça. -----

**Ponto 9** - Apreciação e votação da Proposta de Participação Variável no IRS – Ano de 2017 para cobrança em 2018 – n.º 1 do Artigo n.º 26º da Lei das Finanças Locais – Lei n.º 73/2013, de 30 de Setembro, na redação atualizada (Lei das Finanças Locais). -----

**Ponto 10** - Apreciação e votação do Plano de Saneamento Financeiro – 10º Relatório Semestral - Junho de 2016. Município de Alpiarça. -----

**Ponto 11** - Apreciação do Relatório sobre a Situação Económica e Financeira Relativa ao 1º Semestre de 2016 – Município de Alpiarça (G.Marques – Auditoria e Revisão de Contas). -----

**Ponto 12** - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do Art.º 20 do Regimento. -----

**Ponto 13** - Apreciação, discussão e votação da proposta da ata, referente à sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia trinta de Junho de dois mil e dezasseis. -----

----- **INÍCIO DA SESSÃO** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão eram vinte e umas horas e um minuto, cumprimentando todos os presentes e informando quais as ausências e as substituições ocorridas. -----

----- **1.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao primeiro período de intervenção do público, solicitando o preenchimento da ficha de inscrição por parte dos interessados, não se tendo registado intervenções neste período. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Intervenções:** O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a informar quais os votos ou moções que lhe tinham chegado à Mesa, para serem discutidos e votados, após o que deu início a este período, solicitando inscrições aos Srs. Deputados que desejassem intervir. -----

----- Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo, Deputada nesta Assembleia, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alpiarça, informou que esta está a promover o restauro total do Edifício Visconde Barroso, com verbas próprias, é uma obra que vai ficar concluída em breve e cujos trabalhos estão integralmente pagos, coisa que não julgava possível. Lembrou que o orçamento da Junta de Freguesia de Alpiarça são pouco mais de 200.000€ anuais e que a mesma tem feito intervenções de recuperação em praticamente todo o seu património próprio e protocolado, foram feitas intervenções no Jardim D. Dion, nas Escolas, no Cemitério, mas viaturas da Junta, estão a ajudar neste momento várias famílias carenciadas, das mais diversas formas, quer reparando as suas habitações, quer em alimentação, quer em medicamentos, e colaboram com coletividades e associações, nomeadamente com a Fundação Relvas, quer com a ARPICA, pagam aos seus fornecedores muitas vezes a pronto e quando muito a quinze dias e não têm dívidas. Disse pensar que está a cumprir ou talvez mesmo a exceder o que se espera de uma Junta de Freguesia, com estas dimensões. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro, disse que apreciou bastante este recado que a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Junta deixou ao Executivo, de relativamente à capacidade de com pouco fazer muito e sobretudo de não deixar dívidas, sabendo-se que a Câmara de Alpiarça neste momento regista um valor de mais de 700.000€ na conta-corrente com fornecedores. Congratulou-se pela reposição da sinalização horizontal na Estrada do Campo, uma vez que a mesma era praticamente inexistente. Lembrou que a Câmara de Almeirim fez a substituição das lâmpadas dos semáforos, por lâmpadas LED, o que se traduz numa poupança significativa, e que se não se fizer melhor ao menos copiar pelos municípios vizinhos. Falou da proibição de Pesca na Zona da Barragem e perguntou se as águas da barragem já estariam em melhores condições, devido ao tratamento de que

estavam a ser alvo e se havia prazo para que a pesca voltasse a ser permitida. Opinou que a acumulação de lixo em contentores continua a ser o cartão de visita desta terra, que a entrada do Museu dos Patudos está pouco cuidada com relva transformada em erva e em erva que já se transformou em arbustos. Chamou a atenção também para a Zona Industrial cujas ervas, de tão grandes, mais parecem arbustos. Finalizou opinando que a Alpiagra ficou muito aquém das expectativas e que não apresentou nem sequer uma máquina agrícola e por outro lado uma uma aposta algo exagerada em cantilheiros.

----- A Sr.a Deputada Vera Capitão Ramiro perguntou quando seria constituída a Comissão Municipal da Juventude, uma promessa da CDU. -----

----- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro fez uma referência à Barragem dos Patudos e evidenciou o trabalho que tem sido feito pelo Executivo, no sentido de manter as águas da albufeira nas melhores condições, sabendo-se que para já e a expensas próprias não é possível fazer uma intervenção de fundo, devido ao seu enorme custo. Os resultados já divulgados das análises às águas da albufeira dos Patudos, após o tratamento, já demonstram algumas melhorias na água e pelo menos foi invertida a situação, que vinha acontecido nos últimos anos com maus cheiros e peixes mortos. ---

----- A Sr.ª Deputada Fernanda Granel usou da palavra para felicitar o Executivo por dois eventos muito bem conseguidos, com bastante diversidade cultural, indo praticamente ao encontro dos gostos de toda a população. Disse estar a referir-se ao Festival do Melão e à Alpiagra. -----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago referiu-se à iluminação pública, achando que todos nós já nos apercebemos que Alpiarça a certa hora da noite, está completamente às escuras e que cada vez há menos habitantes, há menos novos moradores, há menos empresas e cada vez menos entusiasmo, por parte das pessoas e do Executivo e que só pedia um favor, era que não apagassem a luz antes do momento. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara passou a responder às interpelações dos vários deputados. Considerou que a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Alpiarça não deu recado nenhum ao Executivo, mas que mercê de uma situação financeira desafogada e à ação dos seus eleitos tem estado a fazer um ótimo trabalho, que está à vista de todos, ao contrário, a Câmara de Alpiarça, está numa situação financeira difícil, isso não é novidade e as dívidas têm de ser pagas o que muito limita a ação da Câmara. Relativamente à Estrada do Campo, de facto concluíram-se os trabalhos de colocação

das linhas de sinalização horizontal, não só na estrada do campo, mas também na estrada municipal que liga o Casalinho ao Frade de Cima. Criticou o Executivo Socialista da altura, por ter aceite a municipalização da estrada do campo, depois de reparada pela Junta Autónoma das Estradas e sem outras contrapartidas, sabendo-se que há muitos anos que a reparação que lá foi feita, era perfeitamente exigida e não tinha que ter qualquer obrigatoriedade da Câmara de Alpiarça e de Almeirim de terem que ficar com o ónus de limpar a estrada numa tão grande extensão, fazer a limpeza de valetas que têm terras, ervas, lixo, ramos de árvores secas, inundações com águas das chuvas etc. Estes custos vão tornar-se elevados nos próximos anos e até a sinalização horizontal que foi colocada agora, não é propriamente um serviço barato. Relativamente à substituição, efetuada pela Câmara de Almeirim, das luzes dos semáforos, por iluminação LED, informou que há um conjunto de três municípios, nomeadamente Almeirim, Coruche e Benavente, que estão a começar a introduzir a iluminação LED, antecipando-se aos restantes municípios membros da CIMLT que estão a trabalhar numa candidatura conjunta aos fundos comunitários, de modo a poderem fazer essa substituição de iluminação de convencional para LED de uma maneira mais económica e com maior eficiência energética. Sobre a Barragem dos Patudos informou dos tratamentos levados a cabo para melhorar as águas e quanto à Pesca naquela albufeira disse que por enquanto ainda vão estar proibidos os concursos, à exceção da possibilidade do C. D. OS Águias de «Alpiarça» vir a organizar concursos de pesca sem engodo e abertos a toda a gente e muito em breve, o Executivo irá tomar uma posição sobre a continuação ou não deste tipo de pesca. Falou ainda da regeneração urbana, opinando que só com a reposição de rendimentos das pessoas e com uma política forte, central, estruturada e focada no problema, se conseguirá que os particulares levem a cabo a recuperação dos seus imóveis. Sobre os Lixos, houve de facto uma avaria nos dois carros da recolha de lixo, fizemos até um comunicado nesse sentido e foi necessário alugar um camião para efetuar a recolha que se estava a acumular. Sobre a Alpiagra 2016, considerou que foi uma das Alpiagras com maior influência de sempre em que tivemos muitos milhares e milhares de visitantes. Não houve de facto a presença de maquinaria agrícola porque a mesma estava presente numa outra feira da especialidade realizada em Valada do Ribatejo. -----

----- Disse identificar-se com as intervenções dos Srs. Deputados Celestino Brasileiro e Fernanda Garnel. -----

----- Sobre o Conselho Municipal de Juventude não há promessa concreta, por parte deste Executivo, nem sequer do ponto de vista do Programa Eleitoral, para que o mesmo seja posto em prática para já. -----

----- Sobre os cortes na iluminação o Sr. Presidente da Câmara disse que não iria repetir o que já foi dito noutras ocasiões, referiu que as luzes em Alpiarça, não acendem nem apagam todas à mesma hora, que há algumas luminárias apagadas de modo a poupar-se alguma eletricidade, alegando que pouco mais havia a acrescentar. -

----- O Sr. Vereador Carlos Pereira em relação ao lixo, à recolha de lixo e ao tratamento da água da Barragem corroborou as palavras do Sr. Presidente da Câmara e disse estar convicto que a recuperação da água da albufeira está no bom caminho. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu início a este período. -----

----- **Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para sublinhar algumas informações constantes deste documento escrito. Destacou que a dívida global da câmara diminuiu em cerca de 30%, relativamente à dívida apurada à data de 31-12-2009, é certo que à custa de muitos sacrifícios, de muitos cortes em investimentos e com penalização da operacionalidade dos serviços, tendo aumentado a dívida a curto prazo, mas muito longe da dívida a curto prazo apurada em finais de 2009. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro disse que merecia ter sido sublinhada a visita a Alpiarça do Sr. Embaixador de Tawian, acompanhado pelo Sr. Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Taipei e referiu que não está explícito na informação escrita que tenha sido abordada com esta Delegação, as várias possibilidades que o Município de Alpiarça tem, para futuros investimentos de Taiwan em Alpiarça. -----

----- A Sr.ª Deputada Maria Gabriela Coutinho questionou o ponto de situação da Geminção com a Cidade Polaca de Wyokie Mazowieckie, sita na Polónia, cujo acordo foi assinado nesta cidade em 29 de Maio de 2001. -----

-----O Sr. Deputado Mário Santiago usou da palavra, opinando que sempre que ouvimos o Sr. Presidente da Câmara intervir neste primeiro ponto da OT e referir-se à adoção do PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO que se impunha em 2009 e até já antes, à melhoria das contas públicas e ao abatimento da dívida, fica-se com a sensação que está tudo bem, que aparentemente está tudo no bom caminho, mas na realidade não é assim, porque estamos numa terra a definhar, com cada vez menos empresas, com cada vez menos pessoas e é incrível ouvirmos constantemente que o endividamento está a baixar. Claro que está a baixar. Se a Câmara não investe nada, se apenas se limita a canalizar as transferências do Estado e outras Receitas mais chorudas para pagar ordenados, pagar juros e abater dívida à banca, claro que a dívida de médio e longo prazo baixa, mas à custa do empobrecimento da nossa terra, porque há oito anos não investimos nada em Alpiarça e se nos próximos quatro anos o PCP ganhasse as eleições as coisas iriam piorar, porque o *“modus operandi”* será o mesmo. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu a oportunidade dos Snrs. Deputados usarem da palavra numa segunda volta, ao que o Sr. Deputado Mário Santiago continuou a sua intervenção alegando que há duas forças políticas, nomeadamente o PCP e o PS que estão constantemente a falar do passado, e não falam do futuro e o PCP não fala de projetos para o Futuro, não se fala do que está a ser feito para que Alpiarça melhor para o futuro e não há ninguém que diga que Alpiarça está melhor agora do que estava antes e que no futuro estará melhor do que está agora. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara passou a responder à questão colocada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Gabriela Coutinho, sobre a geminação com a cidade Polaca de Wyokie Mazowieckie, dizendo que há cerca de catorze catorze anos que ninguém fez qualquer esforço para que os laços de geminação se estreitassem, nem do lado do Município de Alpiarça, nem do lado do Município de Wyokie Mazowieckie, tendo-se avançado para a geminação com a cidade francesa de Champigny-sur-Marn. -----

----- Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Sardinheiro, o Sr. Presidente da Câmara, informou que se falou com o Sr. Embaixador de Tawian de negócios e de oportunidades de negócios em Alpiarça, sublinhando que o Sr. Deputado fez acusações, em vez de colocar questões, insinuando que no encontro não se tinha abordado nada sobre o tema, o que considerou uma forma pouco digna de fazer política. -----

----- Sobre as questões colocadas pelo Sr. Deputado Mário Santiago, o Sr. Presidente da Câmara, em relação ao futuro de Alpiarça, disse tal como o Sr. Deputado o referiu expressamente aqui que o PSF era algo que se impunha, porque estávamos em excesso de endividamento, em desequilíbrio estrutural, a Lei das Finanças Locais é clara e disse não saber o que andaram a fazer as autoridades fiscalizadoras, que até tinham uma vigilância muito apertada e deixaram as finanças municipais da altura chegarem onde chegaram. Primeira prioridade deste Executivo: recuperação financeira, era o caminho inevitável, e é uma tarefa histórica, fosse quem fosse que estivesse à frente do Executivo, tinha de recuperar as finanças municipais num período de 10 a 12 anos; contrariamente ao que o Sr. Deputado disse, fizemos investimento no valor de quatro milhões de euros, investimento participado, é certo, pelos Fundos Comunitários, mas tivemos de pagar a parte que nos competia com verbas próprias, não podíamos recorrer a empréstimos e ao endividamento bancário, como o fizeram os Executivos anteriores PS, até aí nos três mandatos antecedentes. O Sr. Presidente da Câmara sublinhou que no segundo mandato do Executivo CDU, não se faz investimento em Alpiarça, assim como não há investimentos nas freguesias e concelhos limítrofes, nem no resto do país. Há um Quadro Comunitário que supostamente devia ter começado em 2014 e que ainda não disponibilizou um cêntimo de apoio a ninguém e estamos à beira de completar três anos de vigência de Quadro Comunitário, o que torna este mandato no de menor realizações, em todas as autarquias deste país, pelas razões explicadas. Há um conjunto de projetos e intenções de investimentos para concretizar e vamos poder fazer muito pouco. Apenas pudemos concorrer a projetos de Regeneração Urbana e neste momento está concluída a primeira fase do concurso de empreitada de Ampliação e Requalificação do Jardim Municipal e há outros projetos com grandes possibilidades de serem concretizados, incluindo na área dos Equipamentos Sociais, uma contratualização com a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, para a construção de Equipamento Social no nosso concelho, que gerará empregos e responderá a um conjunto de necessidades do nosso concelho e da nossa região e na área da eficiência energética também não estamos parados e estamos a trabalhar em conjunto com outros municípios dessa mesma comunidade. Há ainda outras intervenções previstas no edificado e estamos a trabalhar com o Ministério da Administração Interna e com o Ministério da Educação. -----

----- **Ponto 2 - Apreciação e votação da Modificação ao Orçamento – Revisão n.º 2 para o ano de 2016. Município de Alpiarça.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao Sr. Vereador João Arraiolos para fazer a fundamentação e enquadramento deste ponto, que foi aprovado por unanimidade em Reunião de Câmara. O Sr. Vereador informou que este ponto 2 está interligado com os pontos n.ºs 3, 4 e 5 e trata-se ao fim e ao cabo da concretização de uma alteração introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para 2016, que entrou em vigor no passado dia um de Abril e que passou para a esfera da Assembleia Municipal algumas das competências que estavam sob a tutela dos municípios a nível do Ministério. Foram analisados em termos do Mapa de Pessoal, quais os casos mais prioritários, e a Lei é muito clara, no seu artigo 33.º, de que estes procedimentos podem ser autorizados pela Assembleia Municipal desde que se tratem de municípios com Saneamento Financeiro, que é o caso de Alpiarça, o artigo em causa tem a seguinte redação: **“Artigo 33.º Recrutamento de trabalhadores nos municípios em situação de saneamento ou de rutura** 1 - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, os municípios que, em 31 de dezembro de 2015, se encontravam na situação prevista na alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 82-D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, e 132/2015, de 4 de setembro, estão impedidos de proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado ou a termo, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído. 2 - Em situações excecionais, devidamente fundamentadas, a assembleia municipal pode autorizar a abertura de procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar, desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos: a) Seja impossível a ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído; b) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, bem como a sua evolução global na autarquia em causa; c) Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam; d) Sejam cumpridos, pontual e integralmente, os deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; e) Não corresponda a um aumento da despesa com pessoal verificada em 31 de dezembro de 2015 3 - Para efeitos do disposto no n.º 1, nos casos em que haja lugar à aprovação de um plano de ajustamento municipal, nos termos previstos na Lei n.º 53/2014, de 25 de

agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, o referido plano deve observar o disposto no número anterior em matéria de contratação de pessoal. 4 - Para efeitos do disposto nos n.os 2 e 3, os órgãos autárquicos com competência em matéria de autorização dos contratos aí referidos enviam à assembleia municipal os elementos demonstrativos da verificação dos requisitos ali estabelecidos. 5 - São nulas as contratações e as nomeações de trabalhadores efetuadas em violação do disposto nos números anteriores. 6 - As necessidades de recrutamento excecional de pessoal resultantes do exercício de atividades advenientes da transferência de competências da administração central para a administração local nos domínios da educação, da saúde, da ação social, da cultura, do atendimento digital assistido e da fiscalização, regulação e disciplina de trânsito rodoviário não estão sujeitas ao regime constante do presente artigo". O Sr. Vereador informou que se trata de contratar três bombeiros e um técnico superior, e que é esta a única alteração que aqui vem que é a criação dos lugares no Quadro de Pessoal e a criação das rubricas Orçamentais, até porque este processo não será concluído neste ano corrente, daí que este ponto esteja relacionado com os seguintes e que a explicação que serve para o ponto 2, servirá para os Pontos 3, 4 e 5. ----

----- **Votação do Ponto:** O ponto foi aprovado pela unanimidade dos presentes, com a ausência dos senhores deputados Mário Santiago e Maria Gabriela Coutinho da bancada do Todos Por Alpiarça – (PPD/PSD-MPT). -----

----- **Ponto 3** - Apreciação e votação da Proposta n.º 21/VJPA/2016 – Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal. Município de Alpiarça. -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos referiu que ao ter-se aprovado o ponto anterior estamos em condições de discutir e votar o presente ponto, que é alteração do Mapa de Pessoal, conforme foi referido anteriormente. -----

----- **Votação do Ponto:** O ponto foi aprovado pela unanimidade dos presentes, com a ausência dos senhores deputados Mário Santiago e Maria Gabriela Coutinho da bancada do Todos Por Alpiarça – (PPD/PSD-MPT). -----

----- **Ponto 4** - Apreciação e votação da Proposta n.º 22/VJPA/2016 – Proposta de Abertura de Procedimentos Concursais no Serviço Municipal de Proteção Civil. - Município de Alpiarça. -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos referiu que os Pontos 4 e 5 trata-se das propostas de abertura de procedimentos concursais, para admissão de pessoal para o Serviço

Municipal de Proteção Civil e para a admissão de um Técnico Superior de História para a Unidade Orgânica de Educação, Ação Social, Cultura e Desporto. -----

----- Não se registando qualquer intervenção o ponto foi posto à votação.-----

----- **Votação do Ponto:** O ponto foi aprovado pela unanimidade dos presentes, com a ausência dos senhores deputados Mário Santiago e Maria Gabriela Coutinho da bancada do Todos Por Alpiarça – (PPD/PSD-MPT). -----

----- **Ponto 5** - Apreciação e votação da Proposta n.º 23/VJPA/2016 – Proposta de Abertura de Procedimentos Concursais na Unidade Orgânica de Educação, Ação Social, Cultura e Desporto. Município de Alpiarça. -----

----- **Intervenções:** -----

----- Após as explicações dadas pelo Sr. Vereador João Arraiolos, o Sr. Deputado Paulo Sardinheiro, disse ter ficado com algumas dúvidas, nomeadamente se o cargo é para prover em regime definitivo e se é destinado à pessoa que já ocupa o lugar e que tipo de publicidade foi feita para preenchimento do lugar. Ao que o Sr. Vereador Arraiolos respondeu que foi publicitada a nível nacional o pedido de mobilidade interna entre Departamentos do Estado e caso houvesse pessoas com características para ocupar o lugar, nem haveria lugar à abertura de concurso. -----

----- **Votação do Ponto:** O ponto foi aprovado por maioria, com doze votos a favor, ou seja a totalidade dos deputados das bancadas da CDU e do PS, com a abstenção do Sr. Deputado Paulo Sardinheiro e com a ausência dos senhores deputados Mário Santiago e Maria Gabriela Coutinho, todos da bancada do Todos Por Alpiarça – (PPD/PSD-MPT). -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro em declaração de voto, disse ter-se absterido em virtude de não ter ficado completamente esclarecido relativamente a todas as dúvidas que tinha sobre este ponto, de resto não se opõe a que seja efetuada esta contratação. -----

----- **Ponto 6** - Apreciação e votação da Proposta do Imposto de Imóveis (IMI) para o Ano de 2016 a liquidar em 2017 – DL 287/2003 de 12 de Novembro, na redação atualizada. Município de Alpiarça. -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que a proposta submetida a esta Assembleia Municipal, foi aprovada por unanimidade na Câmara e vem no sentido de manter o IMI com uma taxa de 0,3% para os prédios urbanos e 0,8 para os prédios

rústicos. Referiu que o Município de Alpiarça deixa de arrecadar todos os anos 400.000 euros de receita, neste imposto, por ter optado pela taxa mínima ao invés de ter optado pela taxa máxima que como sabem era de 0,5% e que este ano no Orçamento de Estado e sob proposta do PCP, a taxa máxima a nível nacional passou dos 0,5%, para uma taxa de 0,45%. -----

----- O Sr. Presidente Assembleia Municipal, antes de pôr este ponto à votação, informou que há já muito tempo que o Plenário desta Assembleia Municipal está desfalcada de dois dos elementos da bancada do Todos Por Alpiarça – (PPD/PSD-MPT) que se ausentaram para o exterior e que inclusivamente não participaram nem na discussão, nem na votação dos três pontos imediatamente anteriores a este. Igualmente se encontram ausentes nesta sessão, durante o mesmo lapso de tempo, os dois vereadores da oposição. -----

----- A Sr.<sup>a</sup> Deputada Margarida Céu disse não compreender o despacho de concordância do Sr. Presidente da Câmara, exarado numa proposta dos Serviços Municipais, na qual era sugerido que se optasse pela cobrança da taxa máxima do IMI a 0,45%, quando o Sr. Presidente da Câmara depois propõe e defende a aplicação da taxa mínima de 0,3%. O Sr. Presidente da Câmara respondeu dizendo que de facto há uma concordância sua com a informação técnica da Divisão Administrativa e Financeira, porque isso teria como consequência um maior desafogo financeiro para a Câmara. Porém a proposta política é de manter a taxa mínima nos 0,3%. -----

----- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro opinou que o Executivo CDU ao apresentar a proposta que o IMI se mantenha na taxa mais baixa, é uma maneira de investir nos seus munícipes e aliviá-los de uma sobrecarga de impostos de que vinham sendo alvo nos quatro anos de governação PPD/PSD, que bastante os prejudicou. -----

----- O Sr. Deputado João Pedro Silva, sugeriu que se algum deputado da oposição propuser um aumento na taxa de IMI e que os valores apurados nessa cobrança sirvam para comprar uma nova viatura de recolha de lixo, o Sr. Deputado apoiará a proposta. --

----- O Sr. Deputado João Osório sobre os diferentes valores de zonamento existentes em localidades vizinhas, às vezes dentro do mesmo concelho e outras vezes em localidades vizinhas, é um problema que se vem arrastando e que finalmente irá ser resolvido, porque essa matéria foi alvo de alteração legislativa e os contribuintes podem pedir a reavaliação das suas casas já com novo zonamento. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara corroborou as palavras do Sr. Deputado Celestino Brasileiro e informou que não só o IMI pela taxa mais baixa devolveu à população de Alpiarça 1,6 milhões de euros, pois são 400.000 euros por ano que ficam no bolso dos Alpiarcenses, como também temos dados que apontam para um aumento de cobrança de receita de IRS, aumento na cobrança da Derrama, o que pressupõe que as empresas de Alpiarça investem mais e têm maiores lucros, e que os Alpiarcenses têm maiores rendimentos, o que vem contrariar aqueles que continuam a insinuar que Alpiarça está cada vez pior. -----

----- O Sr. Deputado João Osório, pediu um ponto de Ordem à Mesa e chamou a atenção para o artigo 57.º do Regimento, que diz concretamente o seguinte: “ARTIGO 57º (Deveres) Constituem, designadamente deveres dos membros da assembleia: a) Comparecer às sessões da assembleia e às reuniões das comissões a que pertençam; b) Participar nas votações; c) Respeitar a dignidade da assembleia e dos seus membros; d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no regimento e acatar a autoridade do presidente da mesa da assembleia”. Seguidamente disse que pediu que ficasse registado, como protesto, que aquilo que aconteceu com os deputados que se ausentaram da sala e que não participaram na votação de vários pontos da ordem de trabalhos, foi não só o desrespeito pelo Regimento, mas também o desrespeito da dignidade desta Assembleia e dos seus Deputados. O Sr. Presidente da Mesa afirmou que subscrevia na íntegra este protesto apresentado pelo Sr. Deputado Sr. João Osório. -----

----- **Votação do Ponto:** O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

----- **INTERVALO** -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia concedeu um pequeno intervalo. -----

----- A sessão foi reiniciada com o ponto seguinte. -----

----- **Ponto 7** - Apreciação e votação da Proposta da Taxa de Derrama do ano de 2016 para cobrança no ano de 2017 – de acordo com o n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na redação atualizada (Lei Autarquias Locais). Município de Alpiarça. -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez o enquadramento da proposta, que foi aprovada por unanimidade na Câmara, dizendo que estão previstas condições na aplicação da Derrama que podem ajudar a fomentar a empregabilidade no concelho. -----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago considerou que esta proposta de Derrama tal como está feita, não irá ter impacto significativo no tecido empresarial do Concelho, porque não há praticamente nenhuma empresa que se enquadre na proposta da Câmara e que não irão beneficiar de qualquer benefício ou isenção. -----

----- **Votação do Ponto:** O ponto foi aprovado por maioria, com 9 votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), com 3 votos a favor da bancada do Partido Socialista (PS), 1 voto a favor da Sr.ª Deputada Maria Gabriela Coutinho, 1 abstenção do Sr. Deputado Paulo Sardinheiro e um voto contra do Sr. Deputado Mário Santiago, todos da bancada do Todos Por Alpiarça – (PPD/PSD-MPT). -----

----- **Ponto 8** - Apreciação e votação da Proposta da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - valor Percentual para o Ano de 2017 – Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, na redação atualizada – Lei das Comunicações Eletrónicas. Município de Alpiarça. -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez o enquadramento da proposta, que também foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal. -----

----- **Votação do Ponto:** O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 9** - Apreciação e votação da Proposta de Participação Variável no IRS – Ano de 2017 para cobrança em 2018 – n.º 1 do Artigo n.º 26º da Lei das Finanças Locais – Lei n.º 73/2013, de 30 de Setembro, na redação atualizada (Lei das Finanças Locais). -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez o enquadramento da proposta, que também foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal. -----

----- O ponto foi aprovado por maioria, com 14 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Deputado Mário Santiago, da bancada do Todos Por Alpiarça – (PPD/PSD-MPT). -----

----- **Ponto 10** - Apreciação e votação do Plano de Saneamento Financeiro – 10º Relatório Semestral - Junho de 2016. Município de Alpiarça. -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto. -----

----- O ponto foi aprovado por maioria, com 9 votos a favor, 3 abstenções da Bancada do Partido Socialista (PS) e 3 abstenções da Bancada do Todos Por Alpiarça – (PPD/PSD-MPT). -----

----- **Ponto 11** - Apreciação do Relatório sobre a Situação Económica e Financeira Relativa ao 1º Semestre de 2016 – Município de Alpiarça (G.Marques – Auditoria e Revisão de Contas). -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos fez a apresentação do ponto. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro teceu algumas considerações ao Relatório, estranhando que 40% do investimento efetuado tenha sido aplicado em funções gerais da administração geral. Também notou um arrastar das dívidas de clientes de cobrança duvidosa e que o valor da dívida a curto prazo ascende a quase 1,169 milhões de euros e a conta corrente a fornecedores apresentava um valor de 744.000 euros e a outros credores havia um saldo de 542.000 euros. -----

----- O Sr. Deputado João Pedro Silva, usou da palavra para dizer que ainda há pouco se disse aqui que o município de Alpiarça em 4 anos deixou de receber 1,6 milhões de euros de IMI por estar a cobrar a taxa mínima de 0,3%. Ora não se pode vir para aqui falar de aumento de dívidas, de falta de investimento e exigir melhorias e investimentos, quando o município “não tem dinheiro para mandar cantar um cego” e quando houve e ainda há hipóteses de aumentar as receitas, essas hipóteses são descartadas, porque quem critica a falta de investimentos, são os mesmos que são contra o aumento da receita do IMI. -----

----- O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos deu as necessárias explicações. -----

----- **Ponto 12** - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do Art.º 20 do Regimento. -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia informou que deram entrada na Mesa três documentos que já foram distribuídas aos senhores deputados. O que entrou em primeiro lugar foi um voto de congratulação apresentado pela CDU-(PCP/PEV) e que diz respeito aos bons resultados alcançados pela Real Equipa de Petanca de Alpiarça, em segundo lugar também apresentado pela CDU-(PCP/PEV), é uma recomendação à Câmara Municipal sobre o galardão a atribuir ao Triatleta Miguel Arraiolos, pela sua

15/18

participação nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016, em terceiro lugar há um voto de louvor apresentado pela Bancada do Todos Por Alpiarça – (PPD/PSD-MPT), para ser atribuído à GNR de Alpiarça. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia antes de se passar à discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos dirigindo-se à bancada do Todos Por Alpiarça – (PPD/PSD-MPT) , que foi quem apresentou o documento, pediu que retirassem este voto de louvor, para que toda a Assembleia através de uma comissão de cada bancada, pudesse trabalhar em conjunto no sentido de apresentar um voto de louvor que seja do agrado de todos e com o consenso de todas as bancadas, porque a Instituição GNR merece isso e não que seja utilizada neste despique politiquero que existe. Não excluimos votar a favor de um voto de louvor à GNR, desde que isso resulte de um trabalho de uma comissão enquadrada por representantes de todos os grupos políticos. Peço portanto que retirem o voto. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro alegou que já não seria a primeira vez que as bancadas se unem e subscrevem conjuntamente propostas apresentados por outras forças políticas. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia respondeu que já veio a esta Assembleia uma proposta idêntica e que o Todos Por Alpiarça – (PPD/PSD-MPT), sabe perfeitamente qual é o entendimento da CDU-(PCP/PEV), a força política que recolheu mais votos em Alpiarça e que tem uma larga maioria nesta Assembleia. Mais, disse que a CDU poderia pura e simplesmente votar contra, mas não o vai fazer, está a dar possibilidades ao TPA para retirar o voto de louvor à GNR e que em seu lugar surja um documento consensual que mereça a unanimidade dos votos. -----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago disse que a sua bancada não iria retirar este voto de Louvor à GNR porque este voto não tinha nada a ver com o outro voto que foi apresentado também pela sua bancada e chumbado nesta Assembleia há largos meses. Este voto de louvor aparece num momento diferente, em que há efetivos da GNR que se vão embora, e é o momento certo para ser apresentado e se há elementos que se sentem desconfortáveis por ser a bancada do TPA a apresentar isoladamente este voto, é um problema deles, isso não invalida que votem favoravelmente o conteúdo e e que se associem ao voto, porque isto de politiquero não tem nada. Reforçou a ideia de este voto ser diferente do outro, que as pessoas que hoje estão nesta Assembleia são outras e

que já existiram factos neste intervalo de tempo que vêm reforçar a apresentação deste voto de louvor à GNR e como tal o TPA não o irá retirar. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, face à negação da Bancada do Todos Por Alpiarça – (PPD/PSD-MPT) de retirar o Voto de Louvor à GNR, comunicou que a decisão da Mesa da Assembleia, era a de não aceitar este documento para discussão e votação. -----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago reagiu discordando da decisão, e dirigindo-se ao Sr. Presidente da Assembleia, disse “você é uma vergonha, você é um mentiroso”. -----

----- A Sr. Deputada Maria Gabriela Coutinho disse que não concordava com esta decisão da Mesa e que lamentava que esta proposta estivesse a ser retirada por motivos políticos, pois sempre votou propostas apresentadas pela CDU, associando-se inclusivamente a elas, quando as achou justas e que para tal foi solicitada, sem ligar a cores políticas. Mais disse que a sua vontade neste momento, era pedir a demissão do cargo de deputada municipal para o qual foi eleita. -----

#### ----- **PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS PARA ALÉM DAS 24:00 HORAS** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal ao abrigo do n.º 1 do art.º 13.º do Regimento e dado terem sido atingidas as 24:00 horas, pôs à consideração do plenário o prolongamento dos trabalhos. Procedendo-se a votação, o avanço dos trabalhos foi aprovado por maioria, com dez votos a favor, sendo nove da bancada da CDU-(PCP/PEV) e um voto da bancada do PS, duas abstenções da bancada do PS e três votos contra da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

#### ----- **INTERVALO** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia concedeu um intervalo de cinco minutos. -----

----- Os trabalhos foram reiniciados com a apresentação por parte da CDU-(PCP/PEV) de um Voto de Congratulação pelos excelentes resultados alcançados pela Real Equipa de Petanca de Alpiarça. -----

----- Também pela bancada da CDU-(PCP/PEV) foi apresentada uma recomendação à Câmara Municipal para que fosse atribuído ao Triatleta Alpiarcense Miguel Arraiolos, uma Medalha de Valor e Mérito, em virtude ter sido o primeiro atleta natural de Alpiarça a participar nuns jogos olímpicos. -----

----- As duas propostas apresentadas pela CDU foram aprovadas por unanimidade. --

----- O Sr. Deputado Mário Santiago pediu um ponto de ordem à Mesa, solicitando que fosse informado dos preceitos regimentais onde a Mesa se tinha baseado para

recusar a discussão e votação do Voto de Louvor à GNR, apresentado pelo TPA e aceite pela Mesa, que o mandou distribuir a todos os deputados, ao que foi informado pelo Sr. Presidente da Assembleia, que o Regimento da mesma era omissivo nessa matéria, pelo que as omissões do Regimento são resolvidas pela Mesa. O Sr. Deputado Mário Santiago, ripostou que o Sr. Presidente da Assembleia estava completamente enganado e que sabia que a Mesa não tem poderes regimentais para ter recusado a discussão e votação desta proposta da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

**Ponto 13** - Apreciação, discussão e votação da proposta da ata, referente à sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia trinta de Junho de dois mil e dezasseis. -----

----- **Votação do Ponto:** A ata foi aprovada, com nove votos a favor, ou seja pela unanimidade dos presentes que podiam participar na votação, tendo-se verificado a ausência de toda a bancada do Todos Por Alpiarça – (PPD/PSD-MPT), que não regressou mais ao plenário. -----

----- **2.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- O Sr. munícipe João do Céu usou da palavra para falar sobre os holofotes da Alpiagra que ainda se encontravam acesos sem necessidade e para criticar a atitude do Sr. Presidente da Assembleia em impedir a discussão o voto de louvor proposto pelo TPA.

----- A Sr.ª munícipe Joana Serrano, usou da palavra para criticar também o Presidente da Assembleia, por ter impedido a discussão do voto de louvor proposto pelo TPA. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia respondeu que nada tinha a dizer, sobre as opiniões aqui manifestadas por estes dois munícipes. Que fez tudo o que estava ao seu alcance para que esta proposta fosse retirada, para que não se criassem divisões nesta Assembleia devido à GNR, que a Instituição GNR o merece e para que o Voto de Louvor fosse absolutamente consensual e aprovado por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** -----

----- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eram zero horas e trinta minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata, se lavrou minuta da presente ata, que foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

----- Presidente \_\_\_\_\_

----- 1º Secretário \_\_\_\_\_

----- 2º Secretário \_\_\_\_\_